



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO DE TREINAMENTO OPERACIONAL - GTO/DREX/SR/PF/MS

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 29572411/2023-GTO/DREX/SR/PF/MS

Processo nº 08335.009320/2024-31

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa para prestação de serviço de hidrossemeadura com cavamento e disposição de sementes e insumos com aplicação de manta vegetal (biomanta) na finalidade de atender a contenção dos taludes laterais e parabolas dos estandes de tiro do Centro Integrado de Treinamento Operacional desta Superintendência Regional.
- 1.2. O valor da contratação é de R\$ 11.977,00 (onze mil, novecentos e setenta e sete reais), conforme planilha de composição de preços (38689435)

2. ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO

2.1. Realização do serviço de hidrossemeadura em uma área correspondente a m², 1.711 m² devendo contemplar:

- Plantio com aplicação da manta com equipamentos adequados;
- A aplicação deve ser feita por equipamentos especiais, como caminhões tanque especiais equipados com bomba, mangueiras e demais equipamentos e ferramentas apropriadas para o lançamento da camada protetiva densa pelo processo de hidrojetamento;
- A camada jateada é composta por uma mistura de água, sementes, matéria orgânica, adesivos, fertilizantes, fibras vegetais diversas e demais produtos pertinentes. As proporções, quantidades e os tipos de insumos a serem utilizados e aplicado na área serão determinados pela Contratada;
- As sementes a serem utilizadas deverão conter referências à porcentagem de pureza e ao poder germinativo, de preferência deverão ser utilizadas espécies que não sejam consideradas espécie não desejada e espécie nativa agressiva, não devendo dificultar o processo de restauração ecológica ou mesmo que apresente alto poder de des controle prejudicando a biodiversidades das espécies existentes na unidade, devendo também estarem de acordo com as legislações vigentes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

2.2. Características

- A hidrossemeadura em consórcio com a aplicação de manta é indicada para áreas com difícil estabelecimento vegetal, áreas com grande susceptibilidade a erosão e áreas que requerem maior velocidade de desenvolvimento vegetal.
- A técnica de hidrossemeadura consiste na aplicação de uma mistura composta de água, sementes selecionadas de espécies herbáceas com ênfase em gramíneas e/ou leguminosas exóticas e/ou nativas, adubos químicos, adubos orgânicos, mulch de fibra de madeira e polímeros adesivos. A mistura é aplicada em superfícies sem cobertura vegetal. O preparo leva em consideração as características de cada área e os objetivos pretendidos pelo cliente na revegetação de suas superfícies.
- A manta funciona como camada protetora e de retenção dos insumos e é instalada após a aplicação de hidrossemeadura.

2.3. Equipamentos, ferramentas e insumos

As ferramentas e equipamentos de uso nos locais de execução dos trabalhos serão dimensionados, especificados e fornecidos pela Contratada, de acordo com o plano de trabalho e as especificações estabelecidas.

Fazem parte destes as sementes, fertilizantes, adubos, adesivo orgânico, manta, composto orgânico e demais itens necessários a execução. As quantidades desses deverão ser apresentadas após análise efetiva do solo.

A Contratada deverá fornecer e prever em seus custos água o suficiente para a total entrega dos serviços por meio de caminhão pipa.

2.4. Mão de obra

- A Contrata deverá fornecer equipe devidamente qualificada e habilitada para a realização dos serviços, sendo a equipe de trabalho coordenada por um profissional técnico especializado.

- O efetivo mínimo de pessoal será definido pela Contratada.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A cobertura do solo é um fator imprescindível para a manutenção de sua qualidade. A ausência dessa característica provoca o início de sulcos poucos profundos, que podem evoluir fazendo com que alguns processos como a erosão possam ser acelerados ou ocasionados, principalmente em solos declivosos, degradando-os.

3.2. Muitas vezes, o plantio de vegetação da maneira convencional não é suficiente para promover a proteção, uma vez que as sementes podem ter dificuldade para germinar devido à declividade em si, assim como a pouca profundidade do solo, ausência de nutrientes, ocorrência de chuvas através do escoamento superficial, depositando-o em áreas mais baixas do relevo.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de realização do serviço é de 30 dias, a partir da solicitação, na MS 080 km 15, S/N, Campo Grande/MS;

4.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

4.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos/reparados no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

4.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

4.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

- 5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços executados provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja reparado ou corrigido;
- 5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;
- 6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 36 (trinta e seis) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 8.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;
- 8.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma

comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente;

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

8.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. Fraudar na execução do contrato;

10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. Cometer fraude fiscal;

10.1.6. Não mantiver a proposta.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.2.2. multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.3. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.2.5. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

10.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

10.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

10.3.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

10.3.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

10.3.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

ARNALDO MENDONÇA JUNIOR
Perito Criminal Federal
Professor de Armamento e Tiro - SAT/ANP
Grupo de Treinamento Operacional/MS



Documento assinado eletronicamente por **ARNALDO MENDONÇA JUNIOR, Perito(a) Criminal Federal**, em 02/12/2024, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=38658379&crc=A875F5CE.
Código verificador: **38658379** e Código CRC: **A875F5CE**.

Referência: Processo nº 08335.009320/2024-31

SEI nº 38658379